



CIDADE DE JAGUARÃO
INSTRUÇÕES GERAIS

- 1 - Este caderno de prova é constituído por 40 (quarenta) questões objetivas.
- 2 - A prova terá duração máxima de 04 (quatro) horas.
- 3 - Para cada questão, são apresentadas 04 (quatro) alternativas (a – b – c – d).
APENAS UMA delas responde de maneira correta ao enunciado.
- 4 - Após conferir os dados, contidos no campo Identificação do Candidato no Cartão de Resposta, assine no espaço indicado.
- 5 - Marque, com caneta esferográfica azul ou preta de ponta grossa, conforme exemplo abaixo, no Cartão de Resposta – único documento válido para correção eletrônica.
- 6 - Em hipótese alguma, haverá substituição do Cartão de Resposta.
- 7 - Não deixe nenhuma questão sem resposta.
- 8 - O preenchimento do Cartão de Resposta deverá ser feito dentro do tempo previsto para esta prova, ou seja, 04 (quatro) horas.
- 9 - Serão anuladas as questões que tiverem mais de uma alternativa marcada, emendas e/ou rasuras.
- 10 - O candidato só poderá retirar-se da sala de prova após transcorrida 01 (uma) hora do seu início.

BOA PROVA!

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

- 1.** O artigo 3º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 9394/96, destaca que o ensino será ministrado com base em doze princípios.

Qual das alternativas, a seguir, enumera corretamente alguns dos princípios previstos na legislação?

- a) Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; liberdade assistida, de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; respeito à liberdade e apreço à tolerância; coexistência de instituições públicas e privadas de ensino.
- b) Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; respeito à liberdade e apreço à tolerância; coexistência de instituições públicas e privadas de ensino.
- c) Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; pluralismo de ideias em todos níveis educacionais; respeito à liberdade de expressão étnico-racial; coexistência de instituições públicas e privadas de ensino.
- d) Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; liberdade, assistida, de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura africana e indígena; pluralismo de ideias apenas no ensino médio; respeito à liberdade de expressão étnico-racial; coexistência de instituições públicas e privadas de ensino.

- 2.** O Art. 28 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 9394/96, destaca as adaptações necessárias, pelos sistemas de ensino, na oferta de educação básica para a população rural visando à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, nos seguintes aspectos:

- a) I - Conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural; II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; III - adequação à natureza do trabalho na zona rural.
- b) I - Conteúdos curriculares e avaliações apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos e famílias da zona rural; II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; III - adequação à natureza do trabalho na zona rural à urbana.
- c) I - Conteúdos curriculares e avaliações apropriadas às reais necessidades e interesses das famílias da zona rural; II - organização escolar própria, incluindo adequação do espaço físico e pedagógico às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; III - adequação à natureza do trabalho na zona ribeirinha e rural.
- d) I - Conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural; II - organização escolar própria, incluindo adequação do espaço físico e pedagógico às fases do ciclo agrícola e comercial respeitando as condições climáticas e sociais; III - adequação à natureza do trabalho na zona urbano-rural.

- 3.** O decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004, prevê, em seu Art. 4º que "A educação profissional técnica de nível médio, nos termos dispostos no § 2º do art. 36, art. 40 e parágrafo único do art. 41 da Lei nº 9.394, de 1996, será desenvolvida de forma articulada com o ensino médio, observados os
- a) esforços das áreas da educação, do trabalho e emprego, e da ciência e tecnologia; a centralidade do trabalho como princípio educativo; a indissociabilidade entre teoria e prática.
 - b) esforços das áreas da educação, do trabalho e emprego, e da ciência e tecnologia; os objetivos contidos nas diretrizes curriculares nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação e a centralidade do trabalho como princípio educativo.
 - c) objetivos contidos nas diretrizes curriculares nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação; as normas complementares dos respectivos sistemas de ensino; e as exigências de cada instituição de ensino, nos termos de seu projeto pedagógico.
 - d) objetivos de cada instituição de ensino, nos termos de seu projeto pedagógico; as normas complementares dos respectivos sistemas de ensino; e as exigências de cada instituição de ensino, nos termos de seu projeto pedagógico.
- 4.** A Resolução CNE/CP 1, de 18 de fevereiro de 2002, institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. O art. 4º destaca que, "Na concepção, no desenvolvimento e na abrangência dos cursos de formação, é fundamental que se busque:
- a) I- considerar o conjunto das habilidades necessárias à atuação profissional;
II- adotar essas habilidades como norteadoras, tanto dos Projetos de Desenvolvimento Institucional, em especial das atividades de estágio vinculadas à grade curricular, quanto da organização institucional e da gestão."
 - b) I - considerar o conjunto das competências necessárias à atuação profissional; II - adotar essas competências como norteadoras, tanto dos Projetos de Desenvolvimento Institucional, em especial das atividades de estágio vinculadas à grade curricular, quanto da organização institucional e da gestão."
 - c) I - considerar o conjunto das habilidades necessárias à atuação profissional;
II - adotar essas habilidades como norteadoras, tanto da proposta pedagógica, em especial do desenho da matriz curricular e da avaliação, quanto da organização institucional."
 - d) I - considerar o conjunto das competências necessárias à atuação profissional;
II - adotar essas competências como norteadoras, tanto da proposta pedagógica, em especial do currículo e da avaliação, quanto da organização institucional e da gestão da escola de formação.

- 5.** A resolução CNE/CP 2, de 19 de fevereiro de 2002 institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior.

A carga horária dos cursos de Formação de Professores da Educação Básica se dará em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, será efetivada mediante a integralização de, no mínimo, 2800 (duas mil e oitocentas) horas, nas quais a articulação teoria-prática garantida, nos termos dos seus projetos pedagógicos, as seguintes dimensões dos componentes comuns em horas:

- I. horas de prática como componente curricular.
- II. horas de estágio curricular supervisionado, a partir do início da segunda metade do curso.
- III. horas de aula para os conteúdos curriculares de natureza científico-cultural.
- IV. horas para outras formas de atividade acadêmico-científico-culturais, respectivamente.

Escolha abaixo a alternativa que preencha corretamente as lacunas.

- a) I - 400 (quatrocentas), II - 400 (quatrocentas), III - 1800 (mil e oitocentas), IV - 200 (duzentas)
- b) I - 400 (quatrocentas), II - 200 (duzentas), III - 1800 (mil e oitocentas), IV - 400 (quatrocentas)
- c) I - 200 (duzentas), II - 400 (quatrocentas), III - 1800 (mil e oitocentas), IV - 400 (quatrocentas)
- d) I - 200 (duzentas), II - 400 (quatrocentas), III - 1800 (mil e oitocentas), IV - 200 (duzentas)

- 6.** A Resolução nº 6, de 20 de setembro de 2012, define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

O Art. 1º destaca, para os fins da Resolução, a definição de Diretriz como sendo o conjunto articulado de

- a) critérios e elementos a serem observados pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) e pelas instituições de ensino públicas e privadas, na organização e no planejamento, desenvolvimento e avaliação da Educação Profissional Técnica em seus diversos níveis e modalidades, inclusive fazendo uso da certificação profissional de cursos.
- b) princípios e critérios a serem observados pelos sistemas de ensino e pelas instituições de ensino públicas e privadas, na organização e no planejamento, desenvolvimento e avaliação da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, inclusive fazendo uso da certificação profissional de cursos.
- c) princípios e critérios a serem observados pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) e pelas instituições de ensino públicas e privadas, na organização e no planejamento, desenvolvimento e avaliação da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, inclusive fazendo uso da certificação profissional de cursos.
- d) critérios e elementos a serem observados pelos sistemas de ensino e pelas instituições de ensino públicas e privadas, na organização e no planejamento, desenvolvimento e avaliação da Educação Profissional em seus diversos níveis e modalidades, inclusive fazendo uso da certificação profissional de cursos.

- 7.** João Barroso, no seu texto "O reforço da autonomia das escolas e a flexibilização da gestão escolar em Portugal", publicado no livro "Gestão Democrática da Educação: atuais tendências, novos desafios (2006)" organizado por Naura S. Carapeto Ferreira, propõe estratégia para o processo de reforço da autonomia das escolas com as seguintes categorias:
- a) indutiva, descentralizada, progressivista, apoiada, dispensada, alienada e reforçada.
 - b) dedutiva, diversificada, progressiva, apoiada, compensada, alienada e avaliada.
 - c) indutiva, diversificada, progressiva, sustentada, compensada, contratualizada e avaliada.
 - d) dedutiva, descentralizada, progressivista, sustentada, dispensada, contratualizada e reforçada.
- 8.** Danilo Gandin (1994), ao descrever o processo de elaboração de planos destaca as etapas "imprescindíveis" na elaboração do conjunto de planos de uma instituição que servirão à organização e à consolidação de um processo de planejamento, quais sejam:
- a) preparação, elaboração do plano setorial (marco referencial, diagnóstico, programação e revisão geral), elaboração de planos institucionais e elaboração de planos sistêmicos.
 - b) preparação, elaboração do plano global de longo prazo (marco referencial, diagnóstico, programação e revisão geral), elaboração de planos globais de curto prazo e elaboração de planos sistêmicos.
 - c) preparação, elaboração do plano setorial (marco referencial, diagnóstico, programação e revisão geral), elaboração de planos institucionais e elaboração de planos setoriais.
 - d) preparação, elaboração do plano global de médio prazo (marco referencial, diagnóstico, programação e revisão geral), elaboração de planos globais de curto prazo e elaboração de planos setoriais.
- 9.** Em quais das estruturas abaixo, Danilo Gandin(1994) apresenta um modelo de plano centrado nas necessidades?
- a) I – Marco Referencial: Marco situacional, Marco doutrinal e Marco operativo
II – Diagnóstico: necessidades
III – Programação: Objetivos, políticas e estratégias, determinações gerais e atividades permanentes.
 - b) I – Marco Referencial: Marco situacional, Marco social e Marco operativo
II – Diagnóstico: necessidades
III – Programação: Objetivos, metas e estratégias, avaliação e recursos.
 - c) I – Marco Referencial: Marco situacional, Marco doutrinal e Marco social
II – Diagnóstico: necessidades
III – Programação: Objetivos, políticas e estratégias, determinações gerais e recursos.
 - d) I – Marco Referencial: Marco situacional, Marco doutrinal e Marco operacional
II – Diagnóstico: necessidades
III – Programação: Objetivos, metas e estratégias, avaliação e atividades permanentes.

10.O Art. 4º inciso I da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96 versa que "O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de: educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, organizada da seguinte forma:

- a) creche, ensino básico e ensino médio.
- b) pré-escola, ensino fundamental e ensino médio.
- c) creche, ensino fundamental e ensino médio.
- d) pré-escola, ensino básico e ensino fundamental.

11.O Art. 24, parágrafo I da lei de diretrizes e base da educação nacional 9394/96, destaca que a carga horária mínima anual será de 800

- a) horas-aula, distribuídas por um mínimo de duzentos dias de efetivo trabalho escolar, incluindo o tempo reservado aos exames finais, quando houver.
- b) horas, distribuídas por um mínimo de duzentos dias de efetivo trabalho escolar, incluindo o tempo reservado aos exames finais, quando houver.
- c) horas, distribuídas por um mínimo de duzentos dias de efetivo trabalho escolar, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver.
- d) horas-aula, distribuídas por um mínimo de duzentos dias de efetivo trabalho escolar, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver.

12.O Art. 27, da lei de diretrizes e bases da educação nacional 9394/96, destaca que " Os conteúdos curriculares da educação básica observarão [...] as seguintes diretrizes":

- a) I - a difusão de valores fundamentais à cultura, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática; II - consideração das condições sociais e étnicas dos alunos em cada estabelecimento; III - orientação para o trabalho; IV - promoção do desporto educacional e apoio às práticas desportivas não-formais.
- b) I - a difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao cidadão; II - consideração das condições sociais e étnicas dos alunos em cada estabelecimento; III - orientação para o trabalho; IV - promoção à atividade educacional e apoio às práticas desportivas não-formais.
- c) I - a difusão de valores fundamentais à cultura, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática; II - consideração das condições de escolaridade dos alunos em cada estabelecimento; III - orientação para a educação e trabalho; IV - promoção às atividades educacionais e apoio às práticas desportivas não-formais.
- d) I - a difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática; II - consideração das condições de escolaridade dos alunos em cada estabelecimento; III - orientação para o trabalho; IV - promoção do desporto educacional e apoio às práticas desportivas não-formais.

13.O Art. 39 § 2o, da lei de diretrizes e base da educação nacional 9394/96 destaca que a educação profissional e tecnológica abrangerá cursos de

- a) formação inicial e continuada ou qualificação profissional; de educação profissional técnica de nível médio; de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação.
- b) qualificação profissional; de educação profissional técnica de nível médio, técnico e tecnológico; de educação profissional nas modalidades subsequente e concomitante.
- c) formação inicial e continuada ou qualificação profissional; de educação profissional técnica de nível médio, técnico e tecnológico; de educação profissional nas modalidades subsequente e concomitante.
- d) qualificação profissional; de educação profissional técnica de nível médio; de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação.

14.Segundo Menegolla e Sant'Anna , " Planejar, portanto, é pensar sobre aquilo que existe, sobre o que se quer alcançar, com que meio se pretende agir e como avaliar o que se pretende atingir " (2008, p.21). Dessa forma, percebe-se que o planejamento é uma atividade de reflexão sobre nossas escolhas e ações, um processo contínuo que deve se preocupar com o que queremos e por onde devemos caminhar, quais as maneiras adequadas para chegar lá, tendo em vista a situação presente e as possibilidades futuras. Assim, podemos dizer que todo o planejamento requer conhecimento

- a) das necessidades; previsão os meios e recursos humanos; alcance de objetivos prazos e etapas; conhecimento e avaliação da situação planejada; viáveis e disponíveis; estabelecimento de critérios e de princípios de avaliação para o processo durante o planejamento e a execução.
- b) do que é possível fazer dentro da realidade de cada instituição; definir as necessidades prioritárias a serem desenvolvidas; determinar os meios, a finalidade de ação; definição da metodologia adotada para realizar avaliação;
- c) da realidade, das suas urgências, necessidades e tendências; definição de objetivos claros e significativos; determinação de meios e de recursos possíveis, viáveis e disponíveis; estabelecimento de critérios e de princípios de avaliação para o processo de planejamento e execução; estabelecimento de prazos e etapas para a sua execução.
- d) dos objetivos; planejamento das etapas e tempo de duração; definição da metodologia; estabelecimento dos recursos; escolha do método de avaliação, estabelecimento de prazos e etapas para a sua execução, viáveis e disponíveis; estabelecimento de critérios e de princípios de avaliação para o processo de planejamento e execução.

15.O plano de disciplina é um instrumento que tem por finalidade sistematizar a ação concreta do professor, a fim de que os objetivos da disciplina sejam atingidos, podendo ser caracterizado pela descrição específica do que o professor realizará durante as aulas de um período específico. Para tal, de acordo com Menegolla e Sant'Anna (2008), ao elaborá-lo, o professor deve atentar para suas as suas características, que segundo os autores são

- a) objetividade e realismo; funcionalidade; simplicidade; flexibilidade; utilidade.
- b) criatividade; objetividade e realismo; utilidade; simplicidade; precisão.
- c) flexibilidade; funcionalidade; abrangência; objetividade e realismo; criatividade.
- d) flexibilidade; abrangência; precisão; criatividade; funcionalidade.

16.Na elaboração do plano, após serem definidos os objetivos da disciplina, devem ser selecionados os conteúdos.

De acordo com Harold T. Johnson citando Menegolla e Sant'Anna (2008, p. 86), são critérios gerais para a seleção dos conteúdos das disciplinas

- a) conhecimento; objetividade; coerência; precisão; flexibilidade; compreensão; facilitador
- b) coesão; determinação; flexibilidade; transparência; clareza; objetividade; clareza.
- c) fácil compreensão; facilitador da aprendizagem; flexibilidade; etividade; coerência; significação; clareza.
- d) significação; adequação às necessidades sociais e culturais; interesse; validade; utilidade; possibilidade de reelaboração; flexibilidade.

17.A educação através da pesquisa auxilia para o desenvolvimento do conhecimento crítico e criativo. Pedro Demo fala que a "... proposta de educar pela pesquisa tem pelo menos quatro pressupostos cruciais" (2005, p.6). São eles:

- a) o fazer-se e refazer-se na e pela pesquisa; um espaço natural educativo; a indução o processo de aprendizagem; a formação de uma experiência acumulada; a necessidade de fazer da pesquisa atitude cotidiana no professor e no aluno; a definição de educação como processo de formação da competência histórica humana.
- b) a convicção de que a educação pela pesquisa é a especificidade mais própria da educação escolar e acadêmica; o reconhecimento de que o questionamento reconstrutivo com qualidade formal e política é o cerne do processo de pesquisa; a necessidade de fazer da pesquisa atitude cotidiana no professor e no aluno; a definição de educação como processo de formação da competência histórica humana.
- c) educa todo dia e toda hora; é a instância mais responsável pelas condições de emancipação; forja um conhecimento inovador; incorpora necessariamente a prática ao lado da teoria; é a especificidade mais própria da educação escolar e acadêmica; é o reconhecimento de que o questionamento reconstrutivo com qualidade formal e política é o cerne do processo de pesquisa.
- d) auxilia a formação de um sujeito crítico e criativo; transforma o conhecimento em uma das armas mais potentes de inovação; cria um espírito de cidadania que se fundamenta em conhecimento através da pesquisa; estabelece-se em ambientes favoráveis para a construção de conhecimento, a definição de educação como processo de formação da competência histórica humana.

18.Para Pedro Demo (2005, p. 32), "A educação pela pesquisa supõe cuidados propedêuticos decisivos, no professor e no aluno, por conta da qualidade educativa que a formação da competência formal e política implica. A habilidade questionadora reconstrutiva funda-se em procedimentos metodológicos que cercam e fecundam o conhecimento, para torná-lo inovador em termos teóricos e práticos."

Os cuidados que contribuem para construir a capacidade de reconstruir são

- a) saber analisar, saber pesquisar, aprender a questionar, avaliar e avaliar-se, aprender a aprender.
- b) aprender a aprender, unir qualidade formal e política, saber pesquisar, aprender a questionar.
- c) saber pensar, aprender a aprender, avaliar-se e avaliar, unir qualidade formal e política.
- d) saber planejar, aprender a questionar, saber pensar, aprender a aprender,

19.O professor, na concepção de Pedro Demo (2005, p.38), tem de ser um pesquisador. Um profissional que entenda a pesquisa como um princípio científico e educativo que desenvolva esta atitude cotidianamente no ambiente escolar.

Para contextualizar melhor essa ideia, coloca-se para o professor pelo menos cinco desafios da pesquisa, com fim eminentemente educativo. São eles:

- a) (re)construir projeto pedagógico próprio; (re)construir textos científicos próprios; (re)fazer material didático próprio; inovar a prática didática; (re)cuperar constantemente a competência.
- b) (re)novar seus conhecimentos; (re)construir novos caminhos; (re)construir textos científicos próprios; (re)elaborar conceitos e metodologias; (re)definir metodologias e técnicas.
- c) (re)direcionar metodologias coerentes; (re)construir projeto pedagógico próprio; (re)cuperar constantemente a competência.
- d) (re)qualificar a proposta de trabalho; (re)construir as práticas pedagógicas; valorizar a criação de projetos pedagógicos; (re)criar ambientes propícios a conhecimento inovador; tornar coerente sua teoria com a prática.

20.Silva (2009) diz que, mesmo não sendo uma teoria, a noção de “currículo oculto” exerceu uma grande atração na maioria das perspectivas críticas iniciais sobre currículo. Isso porque o currículo oculto ensina valores e atitudes que são próprias de outra classe social, contribuindo para o processo de dominação.

O que o autor entende por currículo oculto?

- a) A bagagem de experiências vivenciadas pelo aluno sem ter o auxílio da escola, ou seja, através da família e do contexto social onde está inserido.
- b) O conjunto de experiências extraescolares, vivenciadas fora da escola, em sua vida familiar e social de modo geral.
- c) Aquilo que não é demonstrado através do currículo formal, mas que faz parte do contexto social do sujeito.
- d) Aqueles aspectos do ambiente escolar que, sem fazer parte do currículo oficial explícito, contribuem, de forma implícita, para aprendizagens sociais relevantes.

21.As autoras Alice Casimiro Lopes e Elizabeth Macedo, no livro Teorias de Currículo (2011), Definem um sentido curricular, assim como de planejamento curricular. De acordo com as opções apresentadas poderíamos definir o planejamento curricular como

- a) a criação e aplicação de critérios para a formulação de um plano eficaz de ensino, constituído de objetivos e conteúdos, assim como de orientações didáticas e critérios de avaliação.
- b) a forma de planejar com a perspectiva de revisão da racionalidade, através da negociação em sala de aula sobre os caminhos a ser seguidos.
- c) a metodologia aplicada de acordo com os objetivos e as atividades propostas para a concretização curricular com a ordenação temporal das aprendizagens.
- d) a argumentação a favor de objetivos expressivos, definidos como as consequências dos encontros entre professores e alunos que não podem ser previamente definidas.

22. Segundo Alice Casimiro Lopes e Elizabeth Macedo (2011), para Bernstein o conceito de disciplina é

- a) a escolha dos conteúdos que deveram ser desenvolvidos num determinado período definido pelo calendário escolar.
- b) a composição curricular de um determinado programa planejado e desenvolvido em determinada área de estudo.
- c) o conjunto de arranjos de conteúdos que dão sentido ao currículo escolar, e com as devidas metodologias.
- d) o que implica não apenas uma dada seleção e organização de conteúdos, mas também um ritmo do conhecimento, certo enquadramento pedagógico.

23. Conforme o pensamento do autor Tomaz Tadeu da Silva, em seu livro Documentos de Identidades (2009), "A existência de teorias sobre o currículo está identificada com a emergência do campo do currículo como um campo profissional, especializado, de estudos e pesquisas sobre o currículo".

A partir disso, o autor afirma que

- I. a democratização da educação exige um currículo flexível e aberto.
- II. as teorias educacionais e pedagógicas não são, estritamente falando, teorias sobre o currículo.
- III. a teoria de currículo mostra a realidade vivenciada pela educação.
- IV. todas as teorias pedagógicas e educacionais são também teorias sobre o currículo.

Estão corretas as afirmativas

- a) I e III apenas.
- b) II e IV apenas.
- c) I, II e III apenas.
- d) I, II, III e IV.

24. De acordo com Silva (2009), na perspectiva fenomenológica, o currículo não é, pois, constituído de fatos, nem mesmo de conceitos teóricos e abstratos assim sendo, o currículo é visto como

- I. um local no qual docentes e aprendizes têm a oportunidade de examinar, de forma renovada, aqueles resultados da vida cotidiana que se acostumaram a ver como dados e naturais.
- II. experiência e como local de interrogação e questionamento da experiência.
- III. o conjunto de vivências experimentadas pelos sujeitos, durante toda sua vida.
- IV. as mais variadas formas de expressão das experiências pedagógicas e sociais dos educadores e educandos.

Estão corretas as afirmativas

- a) I e II apenas.
- b) II e IV apenas.
- c) I, , III. IV apenas.
- d) I, II, III e IV.

25. Por que um aluno não aprende? O que pretendo sugerir é que os educadores passaram muitos anos buscando a _____, a _____, as respostas certas para os problemas de aprendizagem dos alunos.

Do texto acima de Jussara Hoffmann (2006, p31), sobre avaliação, foram extraídos dois termos.

Que sequência completa corretamente, as lacunas?

- a) compreensão - clareza
- b) explicação - compreensão
- c) objetividade - precisão
- d) certeza - objetividade

26. Muitos fatores dificultam a superação da prática tradicional, já tão criticada, mas, dentre muitos, desponta sobremaneira a crença dos educadores de todos os graus de ensino na manutenção da ação avaliativa _____ como garantia de um ensino de _____, que resguarde um saber competente dos alunos.

Segundo Hoffmann (2006), sobre a avaliação, por uma escola de qualidade, o texto acima deve ser complementado com alguns termos.

Que sequência completa, corretamente, as lacunas?

- a) mediadora - sucesso
- b) processual - conquistas
- c) contínua - possibilidades
- d) classificatória - qualidade

27. Sobre uma prática mediadora em construção. Hoffmann (2006) aponta alguns princípios coerentes a uma ação avaliativa mediadora.

Sobre esse assunto, assinale com (V) as afirmativas verdadeiras e com (F) as afirmativas falsas.

- () Oportunizar aos alunos momentos de expressar suas ideias.
- () Em vez do certo/errado e da atribuição de pontos, fazer comentários sobre as notas dos alunos de modo geral explorando os motivos que levaram ao erro.
- () Oportunizar discussão entre os alunos a partir de situações desencadeadoras.
- () Realizar várias tarefas individuais, menores e sucessivas, investigando teoricamente, procurando entender razões para as respostas pelos estudantes.
- () Transformar os registros de avaliação em anotações significativas sobre o acompanhamento dos alunos em seu processo de construção de conhecimento.

- a) F - F - V - V - F.
- b) V - F - V - V - V.
- c) F - V - V - F - V.
- d) V - V - F - V - F.

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto a seguir, para responder às questões de 1 a 8.

Questão de classe

Por J. R. Guzzo

Uma das crenças mais resistentes do pensamento que imagina a si próprio como o mais moderno, democrático e popular do Brasil é a lenda da inocência dos criminosos pobres. Por essa maneira de ver as coisas, um crime não é um crime se o autor nasceu no lado errado da vida, cresceu dentro da miséria e não conheceu os suportes básicos de uma família regular, de uma escola capaz de tirá-lo da ignorância e do convívio com gente de bem. De acordo com as fábulas sociais atualmente em vigência, pessoas assim não tiveram a oportunidade de ser cidadãos decentes – e por isso ficam dispensadas de ser cidadãos decentes. Ninguém as ajudou; ninguém lhes deu o que faltou em sua vida. Como compensação por esse azar, devem ser autorizadas a cometer delitos – ou, no mínimo, considera-se que não é justo responsabilizá-las pelos atos que praticaram, por piores que sejam. Na verdade, segundo a teoria socialmente virtuosa, não existem criminosos neste país quando se trata de roubo, latrocínio, sequestro e outras ações de violência extrema – a menos que tenham sido cometidos por cidadãos com patrimônio e renda superiores a determinado nível. E de quem seria, nos demais casos, a responsabilidade? Essa é fácil: “a culpa é da sociedade”.

Toda essa conversa é bem cansativa quando se sabe perfeitamente, desde que Moisés anunciou os Dez Mandamentos, que certas práticas são um mal em si mesmas, e ponto-final; não apareceu nas sociedades humanas, de lá para cá, nenhuma novidade capaz de mudar esse entendimento fundamental.

Um crime não deixa de ser um crime pelo fato de ser cometido por uma pessoa pobre, da mesma forma que ser pobre, apenas, não significa ser honesto. Mas e daí? Em nosso pensamento penalmente correto, a ideia de que as culpas são sobretudo uma questão de classe é verdade científica, tão indiscutível quanto a existência do ângulo reto. Por esse tipo de ciência, um homicídio não é “matar alguém”, como diz o Código Penal Brasileiro; para tanto, é preciso que o matador pertença pelo menos à classe média. Daí para baixo, o assassinato de um ser humano é apenas um “fenômeno social”. Fim da discussão. No mais, segundo os devotos da absolvição automática para os criminosos que dispõem de atestado de pobreza, “somos todos culpados”. Nada como as culpas coletivas para que não haja culpa alguma – e para que todos ganhem o direito de se declarar em paz perante sua própria consciência.

Embora não faça parte dos programas, de nenhum partido ou governo, essa é a fé praticada pela maioria das nossas altas autoridades – junto com as camadas superiores da Ordem dos Advogados do Brasil, juristas de renome e estrelas do mundo intelectual, artístico e sociológico. A mídia, de modo geral, os acompanha. Há aliados de peso nos salões de mais alta renda da nação, onde é de bom-tom deplorar a “criminalização da pobreza”; é comum, quando se reúnem, haver mais seguranças do lado de fora do que convidados do lado de dentro. A moda do momento, para todos, é escandalizar-se com a proposta de redução da maioridade penal de 18 para 16 anos, em caso de crimes graves. Não se trata de uma questão de ideologia, ou de moral. A punição pela prática de crimes tem, obrigatoriamente, de começar em algum ponto, e 16 anos é uma idade tão boa quanto 18 – é impossível, na verdade, saber qual o número ideal. Mas o tema se tornou um divisor entre o bem e o mal – sendo que o mal, claro, é a redução, já declarada “coisa da direita selvagem”. Alega-se que o número de menores de 18 anos que praticam crimes violentos é muito pequeno e que a mudança não iria resolver o problema da criminalidade no Brasil. Ambas as afirmações são verdadeiras e sem nenhuma importância. Quem está dizendo o contrário? O objetivo da medida é punir delitos que hoje ficam legalmente sem punição – e nada mais. Também é verdade que pessoas de 60

anos cometem poucos crimes, e nem por isso se propõe que se tornem livres de responder por seus atos. Também é verdade que os crimes não vão desaparecer com nenhum tipo de lei – e nem por isso se elimina o Código Penal.

Talvez esteja na hora de pensar que existe alguma coisa profundamente errada com a paixão pela tese de que a desigualdade social é a grande culpada pela criminalidade no Brasil. Segundo o governo, a redução da pobreza está passando por um avanço inédito na história; nesse caso, deveria haver uma redução proporcional no número de crimes, não é? Mas o crime só aumenta. Ou não houve o progresso que se diz, ou a tese está frouxa. Como fica?

Revista Veja, 03 de junho de 2015. (adaptado)

28. Uma das ideias defendidas pelo autor do texto é a de que

- a) a pobreza é um desígnio da violência, o que precisa ser levado em conta no julgamento de crimes.
- b) a culpa de um crime está diretamente relacionada à classe social; quanto mais pobre, mais justificável o ato.
- c) o fato de culpar a sociedade pelos crimes cometidos por pessoas pobres dissipa a culpa e inocenta o criminoso.
- d) os crimes não podem mais ser julgados pelo fato em si, mas pelo histórico social daquele que cometeu o delito.

29. É correto afirmar que o título

- a) faz uma afirmação com teor preconceituoso, mostrando um posicionamento elitista, que não se desfaz ao longo do texto.
- b) exprime, de forma sucinta, o conteúdo do texto, direcionando o leitor a uma interpretação, por não apresentar caráter polissêmico.
- c) traz um conteúdo subentendido, o qual é resgatado logicamente pela expressão “classe”, o que vem a se confirmar ao longo da leitura.
- d) apresenta ambiguidade, pois, antes da leitura do texto, a expressão remete a um clichê e, após a leitura, ganha um caráter sociológico.

30. Observe os trechos a seguir, no que diz respeito a conteúdo pressuposto.

- I. ...certas práticas são um mal...
- II. Uma das crenças mais resistentes...
- III. ...a desigualdade social é a grande culpada...

Há conteúdo pressuposto em

- a) I e II, apenas.
- b) I e III, apenas.
- c) II e III, apenas.
- d) I, II e III.

31. No texto, algumas expressões aparecem entre aspas, dentre elas: “a culpa é da sociedade”, “somos todos culpados” e “coisa da direita selvagem”.

Sobre o uso das aspas nessas expressões, é **INCORRETO** afirmar que

- a) sinalizam pensamentos opostos aos do autor.
- b) salientam expressões empregadas em sentido metafórico.
- c) evidenciam ideias antagônicas àquelas defendidas no texto.
- d) destacam a voz daqueles que defendem a ideia rebatida pelo texto.

32.As expressões “inocência dos criminosos” e “um homicídio não é ‘matar alguém’” apresentam caráter

- a) paradoxal, ao reunirem no mesmo enunciado ideias colisivas.
- b) pleonástico, ao apresentarem termos prescindíveis, visando enfatizar a ideia.
- c) eufemístico, ao apresentarem um abrandamento da ideia cujo sentido seja desagradável.
- d) irônico, ao afirmarem o contrário do que dizem, refletindo o pensamento sarcástico da elite.

33.Em qual das alternativas o elemento sublinhado funciona como uma conjunção?

- a) ... e para que todos ganhem o direito de se declarar em paz...
- b) ... não é um crime se o autor nasceu no lado errado da vida,...
- c) ..., considera-se que não é justo responsabilizá-las pelos atos...
- d) ... não existem criminosos neste país quando se trata de roubo, ...

34.Em “Ninguém as ajudou; ninguém lhes deu o que faltou em sua vida.” (1º parágrafo), os pronomes destacados foram adequadamente empregados como complementos verbais, conforme a gramática normativa.

De acordo com o exposto, o pronome destacado só **NÃO** pode completar o verbo em:

- a) A supervisora chamou-me para uma conversa.
- b) Ele recebeu o boleto e pagou-o no mesmo dia.
- c) O aluno ainda não fez os temas. Ele os fará hoje.
- d) Se eu quero o cargo de presidente?! Eu sempre aspirei-lhe!

35.Observe o correto emprego do pronome ONDE no seguinte trecho: “Há aliados de peso nos salões de mais alta renda da nação, onde é de bom-tom deplorar a ‘criminalização da pobreza’;...” (4º parágrafo).

O emprego de ONDE/AONDE está **INCORRETO** em:

- a) Onde eu posso encontrá-lo?
- b) Sabes onde cantam os rouxinóis?
- c) Aonde estão os trabalhos finalizados?
- d) Aonde queres chegar com essas insinuações?

LEGISLAÇÃO

36.Face ao permissivo constitucional (art. 40, § 14, da C.F./1988), a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, desde que instituem regime de previdência _____ para os seus respectivos servidores titulares de cargo _____, poderão fixar, para o valor das _____ e pensões a serem concedidos pelo regime de que trata esse artigo, o limite _____ estabelecido para os benefícios do regime _____ de previdência social de que trata o art. 201.

A sequência que completa corretamente as lacunas, de cima para baixo, é

- a) privada – comissionado – remunerações – máximo – geral
- b) complementar – comissionado – aposentadorias – mínimo – transitório
- c) complementar – efetivo – aposentadorias – máximo – geral
- d) privada – efetivo – remunerações – mínimo – geral

37. De acordo com o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, aprovado pelo Decreto n.º 1.171, de 1994, são VEDAÇÕES ao servidor público:

- I. Prejudicar deliberadamente a reputação de outros servidores ou de cidadãos que deles dependam.
- II. Desviar servidor público para atendimento a interesse particular.
- III. Apresentar-se embriagado no serviço ou fora dele habitualmente.
- IV. Tratar cuidadosamente os usuários dos serviços, aperfeiçoando o processo de comunicação e contato com o público.
- V. Zelar, no exercício do direito de greve, pelas exigências específicas da defesa da vida e da segurança coletiva.

Estão corretas apenas as afirmativas

- a) I, II, III e V.
- b) II, IV e V.
- c) I, III e IV.
- d) I, II e III.

38. Analise as assertivas abaixo, de acordo com a Lei n.º 9.784, de 1999, colocando (V), para as verdadeiras, e (F), para as falsas.

- () É impedido de atuar em processo administrativo o servidor ou autoridade que tenha interesse direto ou indireto na matéria.
- () Os atos do processo administrativo não dependem de forma determinada, senão quando a lei expressamente a exigir.
- () Salvo disposição legal em contrário, o recurso não tem efeito suspensivo.
- () O recurso não será conhecido quando interposto por quem não seja legitimado.
- () O ato de delegação e sua revogação deverão ser publicados no meio oficial.

A ordem correta, de cima para baixo, é

- a) V – V – V – V – V.
- b) V – F – F – V – V.
- c) F – F – V – V – F.
- d) F – V – V – V – F.

39. Considere as seguintes informações :

- I. O servidor público federal não aprovado no estágio probatório será exonerado.
- II. A posse em outro cargo inacumulável é uma das formas de vacância de cargo.
- III. A exoneração é uma forma de provimento de cargo público.
- IV. A idade mínima de dezoito anos é um dos requisitos básicos para investidura em cargo público.
- V. A nomeação far-se-á em caráter efetivo, para cargos de confiança vagos.

Estão corretas apenas as afirmativas

- a) I, II e III.
- b) II, IV e V.
- c) I, III e V.
- d) I, II e IV.

40. Ernesto é servidor público federal e conta com vinte e sete anos de efetivo exercício no serviço público. De acordo com a Constituição Federal de 1988, para se aposentar voluntariamente, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, ele deverá ter, no mínimo,

- a) 60 anos de idade e ter cumprido, pelo menos, 5 anos no cargo em que se dará a aposentadoria.
- b) 65 anos de idade, além de ter cumprido, no mínimo, 10 anos de efetivo exercício no serviço público e 5 anos no cargo em que se dará a aposentadoria.
- c) 60 anos de idade, além de ter cumprido, no mínimo, 10 anos de efetivo exercício no serviço público e 5 anos no cargo em que se dará a aposentadoria.
- d) 65 anos de idade e ter cumprido, pelo menos, 10 anos de efetivo exercício no serviço público.